



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25/04/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2017 tendo por objetivo expor e debater o Projeto de Lei 179/17, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir serviço social autônomo denominado São Paulo Negócios - SP Negócios; introduz alterações nas Leis nº 14.517, de 16 de outubro de 2007, e nº 14.649, de 20 de dezembro de 2007.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Foram convidadas as seguintes personalidades, que peço que componham a Mesa: Wilson Poit, Secretário de Desestatização; Silvana Léa Buzzi, chefe de gabinete; Ricardo Santana, SP Negócios. Foram convidados também – e não sei se estão presentes – o Sr. Gesner Oliveira, Marco Antonio Teixeira, Fernando Abrucio, todos professores e autoridades públicas. Também o Sr. Secretário Anderson Pomini, Secretário de Justiça; Caio Megale, Finanças.

Estão presentes também o Sr. Marques Bandeira, da Prefeitura e o Sr. Pedro Leite Pimentel, da SP Negócios, que caso queiram se manifestar, no momento oportuno.

Esta reunião terminará no máximo às 11h.

Passo, inicialmente, a palavra ao Sr. Wilson Poit, Secretário de Desestatização.

O SR. WILSON POIT – Muito obrigado, nobre Vereador. Bom dia a todos.

É um prazer estar nesta audiência pública para esclarecer e responder perguntas dos interessados. Eu represento aqui uma nova secretaria criada pelo Prefeito João Doria, Secretaria Municipal de Desestatização e Parceiras sob a qual ficará a São Paulo Parcerias, SPP. É uma estrutura que já existe no Município aproveitado praticamente todo o time que está lá e este PL trata de uma reorganização em que o CNPJ e as pessoas que trabalham lá passarão a ter a bandeira da São Paulo Parcerias, uma empresa extremamente importante para fazer a modelagem dos projetos que, em linhas finais, a grande missão é a priorização

dos investimentos na Cidade, o redirecionamento de investimentos naquilo que é mais importante para nossa Cidade, o básico e prioritário, que é saúde, educação, habitação, segurança e mobilidade.

Já estamos trabalhando em alguns projetos em paralelo que serão objeto de um próximo PL a ser discutido aqui que será a montagem do Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias e, mais a frente, traremos o Plano.

Hoje, estou à disposição para esclarecer dúvidas sobre a São Paulo Parcerias.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado, Secretário Wilson Poit. Passo a palavra a Sra. Silvana Léa Buzzi.

A SRA. SILVANA LÉA BUZZI – Bom dia a todos. Bem, como o Secretário já falou, este PL trata da reorganização da São Paulo Parcerias. Acrescentando a fala do Sr. Secretário, é importante colocar que este PL trata também de mais duas empresas municipais: a SPDA, Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos. Em relação a SPDA, o PL faz apenas uma alteração em um artigo da SPDA resolvendo um problema antigo da companhia que é a contratação de pessoal próprio e também o PL trata de uma terceira empresa que é a da nova São Paulo Negócios, uma empresa que vai cuidar da promoção de investimento do Município. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Ricardo Santana, da São Paulo Negócios.

O SR. RICARDO SANTANA - Bom dia a todos. A minha fala se refere à criação do modelo de negócios da nova SP Negócios.

Acredito e tenho plena convicção de que a criação dessa agência não se trata de urgência, muito pelo contrário, se trata de um caráter de emergência, ou seja, qualquer iniciativa que não seja feita para fortalecer a competitividade das empresas aqui do Município, certamente vamos colher frutos não tão desejáveis num futuro muito próximo.

Quando me refiro à emergência, gostaria da atenção das senhoras e dos senhores

para compartilhar três dados importantes. Queria começar pela taxa de mortalidade das empresas do Município. Esse número de 3.612 empresas empregadoras que deixaram de existir foi um fenômeno do ano passado, 2016. É um número muito alto de empresas que não existem mais.

O segundo dado que quero compartilhar com vocês refere-se à queda nas exportações de valor de produto e serviços das empresas sediadas na nossa cidade. Se considerarmos o período de 2011-2015 estamos falando de uma perda de 23% no valor de tudo aquilo que é exportado.

Então se pegamos o primeiro dado, com relação à taxa de mortalidade das empresas somada a essa diminuição, a essa redução drástica, das exportações, chegaremos a um terceiro dado e esse dado que muito importa para nós nesse momento que é a questão do desemprego.

Vale registrar que em 2016 perdemos 2 mil e 5 mil postos de trabalho. Então hoje a Cidade conta com muito mais de 1 milhão de desempregados.

Todos esses fatos são curiosos para quem lida diretamente com promoção de exportações e atração de investimentos.

Acredito numa linha de economistas que dizem que não existem, ou se existem são muito poucos, novos empregos. O que quero dizer com isso? Empregos que deixaram de existir na cidade de São Paulo foram parar em outros lugares do mundo. Alguém contratou em detrimento das pessoas que trabalhavam na nossa cidade. Esse é o primeiro dado que gostaria de compartilhar com vocês.

Segundo, dinheiro numa crise não deixa de existir, o dinheiro está em algum lugar. O investidor que é bastante atento, que procura as melhores oportunidades e segurança para colocar o seu dinheiro. E é nesse contexto que entra a criação da nova São Paulo Negócios que vai atuar em duas linhas de trabalho. A primeira delas é a promoção de exportação de produtos e serviços paulistanos e, por outro lado, um trabalho forte para atração de

investimento estrangeiro direto. Investimento estrangeiro direto não é capital especulativo, e muito menos investimento em Bolsa de Valor. Isso é dinheiro que entra e fica aqui em nossa cidade, promovendo novos empregos ou empregos e, principalmente, geração de renda.

Temos uma vocação incrível para aumentar o número de empresas exportadoras no nosso município, só que precisamos pegar na mão dessas empresas. Temos um mercado doméstico, hoje, bastante atuante. Tenho certeza que estamos discutindo, aqui – começamos essa sessão há 25 minutos -, o número de pessoas de negócios que estão desembarcando em Congonhas, Guarulhos e até em outros municípios, como Viracopos, estão chegando exatamente aqui em nossa cidade para competir de igual para igual com as nossas empresas. Empresas que não estão preparadas e não exportam não sabem jogar o jogo da concorrência. E esses números são impressionantes na nossa cidade.

Queria só fechar com uma informação importante: hoje, no nosso País, só temos 25 mil empresas exportadoras. Um pouco mais de 3,5 mil estão na nossa cidade. Precisamos capacitar essas empresas para que elas continuem exportando, para aquelas outras empresas que passem a exportar e que tenhamos uma possibilidade de competir, agora como São Paulo Negócios, com agências congêneres do mundo inteiro que trabalham para buscar investimento estrangeiro direto.

Então esse é o propósito da São Paulo Negócios: geração de emprego e renda; um trabalho forte com as 32 Prefeituras para que tenhamos, cada vez mais, empresas competitivas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Um breve esclarecimento, Sr. Presidente. Há diversas pessoas, inclusive do Sindsep, a assessoria do Vereador Toninho Vespoli e outras que gostariam de estar aqui assistindo e participar dessa audiência, mas estão sendo impedidos na portaria da Câmara Municipal. Agradeço se puder providenciar porque

ainda há lugares aqui. Diversas pessoas puderam ingressar, mas parece que há uma seleção ali na portaria.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Houve uma combinação de que metade dos ingressos aqui foram dados para o Vereador Antonio Donato, e a outra metade para a Presidência da Casa Vereador Milton Leite. Então peço para que ambos, as pessoas que estiverem sem essa possibilidade que procurem qualquer um dos dois para terem o acesso aqui, ok?

Nós só disciplinamos para que caibam todas as pessoas. É aberto, Vereador, V.Exa. sabe muito bem, não há problema nenhum De minha parte, está completamente aberto, quanto mais pessoas participarem melhor vai ser nossa audiência pública.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Mas essa orientação está sendo dada à GCM na porta? Vou comunicar o...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Vereador, é como eu disse, o Líder do PT tem metade dos ingressos aqui e a Presidência da Casa tem a outra metade. Então peço, pois não está na mão dessa Presidência, peço que ambos sejam procurados e resolvam esse acesso, as senhas foram disponibilizadas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – E o acesso à galeria é para quem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Acredito que as senhas sejam, inclusive, para a galeria. Não sei dizer, Vereador, não estou com esse controle na mão. Apenas fui informado que foi dividido dessa forma.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Tá, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado a V.Exa.

Vereador André Santos pediu a palavra? Por favor, se quiser falar aqui da tribuna.

(Pausa) Está ligado.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Bom dia a todos. Bom dia aos membros da Mesa. Gostaria de fazer uma pergunta ao Secretário, porque nós estamos aqui como representantes do povo e sempre há aquela preocupação com o novo. Sempre quando vem algo nova, vem aquela pergunta assim: será que isso vai fazer bem ou não à população.

Então a pergunta que eu gostaria de fazer aqui é: qual a grande diferença que a São Paulo parcerias pode trazer para a população da cidade de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Só para organizarmos aqui: eu pediria e me perdoe Vereador, pediria que as respostas fossem dadas ao final, apenas para que a gente dê oportunidades a todos para fazerem seus questionamentos, e não acabar virando um debate entre apenas duas pessoas. Se V.Exa. me permitir?

O SR. ANDRÉ SANTOS – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Por favor, a pergunta já está registrada.

O SR. ANDRÉ SANTOS - Mais uma vez registrado: qual a grande diferença que a São Paulo parcerias pode trazer para a população de São Paulo? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador, passo já a palavra ao Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, tem duas questões que motivam a participação do PSD de maneira organizada nessa reunião e ela já entra nas minúcias do projeto. Na realidade, apresentamos emenda e substitutivo ao projeto, acreditamos que a estruturação tanto da SP Parceria, antiga Companhia Paulistana de Parcerias, lá de 2007, do Programa de Parcerias Público Privada deve alçar um novo ambiente, da mesma forma que há necessidade clara da estruturação de um ambiente para produção e arquitetura de novos negócios da Cidade.

Ainda tenho dúvidas se a melhor acomodação para ela é na Secretaria de Finanças, se não fica parecendo que o esforço que será realizado pela SP Negócios é um

esforço do ponto de vista tributário, imaginando que nos lançaremos a uma guerra fiscal tão combatida pelo País.

Então parece-me, primeiro, que a forma com que se estrutura a SP Negócios dentro da Secretaria de Fazenda ela pode denotar à sociedade um esforço, não do ambiente de negócios de licenciamento das atividades de busca performática, mas sim um ambiente de debate, que também é necessário, mas que se insere no ambiente exclusivamente tributário.

Sem dúvida nenhuma, na captação de empresas internacionais e nacionais o legislador municipal que é pouco cauteloso com as regras de desenvolvimento saudável, criam oportunidades pouco sustentáveis, e isso nós assistimos no Brasil inteiro nos últimos 20 anos. Não me parece adequado quando estamos saindo desse momento, nos apresentarmos a isso.

Então esse é o primeiro ponto do que acho fundamental daquilo que é estruturação da SP Negócios, da futura. Portanto absolutamente importante deixar claro que a SP Negócios não prestará um papel de enfrentamento da guerra fiscal, essa que deturpou o sistema tributário federalista brasileiro e, sim, porque ela trabalhará na construção de ambientes de negócios mais favoráveis que permeia muito mais a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, permeia muito mais a Secretaria de Licenciamento e, portanto, estamos falando do negócio e esse ambiente em que ele se estrutura, à medida que a cidade ainda debate, nos tribunais federais, o reequilíbrio quanto à ação tributária, que muitas das empresas, daqui, deixaram ou que ainda não vieram. Então esse é um ponto original que acho absolutamente importante abordar.

Segundo, o status que está sendo dado às três empresas é correlato. O Parlamento está autorizando a contratação de equipe, coisa que não tinha originalmente. Chega um certo momento em que não se reconhece que não é possível com a estrutura dos funcionários que já são concursados, tocar a SPDA, aquela que faz uma tarefa menor – se comparada às outras – de mobilização dos ativos em especial, lá atrás, imaginou-se a monetização e a venda do PPI. Então, na realidade, a SPDA, quando é estruturada, ela tinha um foco muito objetivo que era

‘como eu consigo antecipar os recebíveis dos planos e dos programas de parcelamento incentivado’.

Ao não abordar a nova fórmula, estou estruturando a SPDA, ao não anunciar à sociedade qual o intuito de estruturar, a informação deixa uma dúvida. A estruturação da SPDA, da forma que se apresenta, no último artigo, nas disposições finais, ou no artigo anterior a esse – o 28 – ela se apresenta com que propósito? Estamos liberando a contratação de equipe para a SPDA com qual vocação? É para mais uma vez tentar vender os recebíveis, portanto, antecipar receita daquilo que são os programas de parcelamento incentivado, portanto, trazer ambiente presente um recurso que vamos receber em 20 anos, 15 anos e 18 anos, para materializar benefícios nesse momento para a população?

Por que eu falo isso? Porque se há uma mudança projetada, sem dúvida nenhuma, deve produzir as vantagens e precisamos anunciar o que é isso. Então é fundamental que a Secretaria de Fazenda, antiga Secretaria de Finanças, conte qual é a ação que será desenvolvida ou quais os propósitos dessa nova estruturação para que todos saibam para qual ambiente estamos indo.

E, por último, da estrutura reorganizada, então, temos uma empresa sendo criada, a SP Negócios, e aí falo dessa preocupação de não nos lançarmos numa guerra fiscal, e sim nos lançarmos nessa estrutura de negócios, tão bem revelada pelo Ricardo há pouco, mostrando quais as competências e quais os predicados que a Cidade tem, portanto diferenciando-a do mundo, mas, no momento, em que ela se sedimenta na Secretaria de Finanças – ou Fazenda – eu preciso perguntar se isso é uma leitura que precisa ser dada aos outros: venham, porque, aqui discutiremos, inclusive isso. Então acho isso importante para não gerarmos falsas expectativas, em especial naqueles com os quais estamos dialogando nesse momento. Essa estrutura nova.

E uma estrutura reformulada, SP Parcerias. Quais as preocupações quanto aos três modelos. E aí é com eles que quero deixar os últimos questionamentos. Se as estruturas são

inovadoras, o modelo de controle interno e externo também deve ser inovador. E não me parece que, em momento algum, o projeto trouxe inovação em controle externo e interno. Em momento algum ele trouxe inovações naquilo que é a forma com que se dá o ingresso dos profissionais nas diretorias técnica e na presidência, nem na composição dos conselhos.

Por que falo isso? Vivemos um período de reformulação gigantesca da legislação federal, seja na Lei de Combate à Corrupção – anticorrupção -, seja na Lei das Estatais. Parece-me que o nosso projeto e, por isso, oferecemos propositura acessória, avançou muito pouco nessas regras de controle interno, nessas regras de abertura para o controle externo, nas regras de lei de acesso à informação incidente sobre as empresas que aqui são montadas, muito mais do que isso: do controle das subsidiárias que serão produzidas por essas empresas.

Então o esforço de contribuição que o PSD quer fazer nesse momento, já que atuou de maneira objetiva, em 2007 e 2008, quando da primeira modelagem, ainda nessa Casa e nesse debate, e ainda podemos dizer nessa segunda fase, passados quase dez anos do Plano Municipal de Parcerias, estamos indo para um segundo momento em que, de fato, o programa tem um secretaria, o programa terá o conselho, o programa terá um fundo e essas inovações parecem-me ser, obrigatoriamente, acompanhadas por um novo modelo de controle de interno, um novo modelo de controle externo, que tenha na Câmara Municipal uma comissão de fiscalização e controle, que já é ferramenta da nossa Lei Orgânica, mas ainda não está constituída pela Câmara, de relação direta com a legislação mais recente produzida pelo Brasil – e aí digo a Lei de Acesso à Informação -, e hoje o próprio Parlamento tem dificuldade de obter informações das empresas municipais. E estou dizendo isso pela contribuição que apresentamos, que acho ser valiosa para essa passo que pretendemos dar.

Quero aqui já antecipar o apoio que o PSD vem dando, e dará à essa iniciativa, e ainda não é uma questão do condicionante a essas questões do controle. Acredito que, mais do que uma obrigação, é um dever de todo aquele que se insere nesse debate nesse

momento, dar as garantias que esse patrimônio que é de todos tenha todas as coberturas legais para que não se perca um centavo daquilo que a duras penas a sociedade paulistana construiu aqui na Cidade.

Por isso: as regras de controle interno de maneira muito efetiva; as regras de ingresso à diretoria; a quarentena: a sabatina: a possível participação de referendo aqui na Câmara; tudo me parece obrigatório frente às inovações trazidas pela SP Negócios, que inova, pela SP Parcerias, que reformula e pela SPDA, que, nesse momento, é autorizada a contratar de maneira absolutamente liberada.

Então esse esforço queremos fazer. Apresentei na semana passada, com um conjunto não pequeno de Vereadores, uma proposta em forma de substitutivo, uma proposta de emenda. Tive um retorno e aí preciso confessar a vocês: bastante tímido. Das nossas propostas que pouco avançaram na questão da sabatina, pouco avançaram na questão do controle das subsidiárias, pouco avançaram no modelo de controle interno, mas quero reafirmar o nosso compromisso de continuar o debate, oferecer as alterações e buscar os principais elementos que possam garantir, sem dúvida nenhuma, agilidade para os processos de estruturação das parcerias público-privado, mas a garantia tão necessária que o patrimônio público gerará mais resultado para a sociedade e não menos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Passo a palavra ao Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Sr. Presidente, Srs. Secretários, gostaria de formular algumas questões. Primeiro, que o senhor pudesse aprofundar melhor qual é o estudo realizado sobre a capacidade efetiva de geração de empregos e de ampliação de investimentos para benefício da Cidade que justifique a criação da SP Negócios e a criação de novos cargos para a Administração Pública.

Por que criaram o serviço autônomo, uma empresa de capital misto, como a SP

Negócios? Qual o propósito de criar empresas facilitadoras para desestatização? Em relação ao conteúdo do PL 179/17, a criação de novos cargos tem qual objetivo? Considerando o fechamento de duas secretarias, como a de igualdade racial e de políticas para as mulheres com a justificativa de reduzir custos da máquina pública, o que significa criar cargos para a ampliação com o gasto de pessoal? O que significa criar cargos com gasto de pessoal quando há 200 servidores esperando serem chamados a assumir o cargo na área de educação após terem passado no concurso? O que significa o teto de 2,5 milhões de reais para a constituição e instalação do SP Negócios? Como serão utilizados? Por que criar instrumentos de vinculação ao Poder Executivo por contrato objeção de modelo privado e não por meio de convênios estabelecidos por edital público, que facilitam a transparência sobre os recursos? Os conselhos deliberativos deveriam ser de prestação de serviço público relevante sem estabelecimento de pagamento aos seus membros, concordam com isso? Sendo a empresa de economia mista, ou seja, Poder Público e iniciativa privada, por que o conselho deliberativo não conta com a participação e presença da sociedade civil para o estabelecimento de controle social sobre as ações da SP Negócios?

Respeitar a disposição para que contratos celebrados pela SP Parcerias sejam precedidos de processo licitatório? Por que da escolha de um serviço social autônomo para a nova SP Negócios? Que fator pesou mais para a escolha dessa modalidade? Qual será o tamanho da nova SP Negócios em termos de pessoal e receita? Qual o quantitativo de funcionários contratação para o quadro de pessoal? Qual a expectativa de receita? Já há valor estimado para o contrato de gestão? Quanto a Prefeitura repassará mensalmente?

Em relação à antiga SP Negócios, há expectativa de aumento da receita? O orçamento previsto para 2017 era 11.800.500 reais. Haverá uma revisão desse orçamento? Há expectativa de aumento de quadro de pessoal e novas contratações de serviços pela SP Parcerias ou será mantida a atual estrutura da empresa? Há pretensão de abertura de capital da SP Parcerias na bolsa ou no mercado de balcão? Como se dará a relação da SP Parcerias

com o conselho e o Fundo de Desestatização, cujo projeto e lei também está nesta Casa?

Eu gostaria também de formular uma questão relativa – já que se pretende criar oportunidades de novos empregos. Em que medida a Prefeitura está considerando também para esse objetivo estimular a criação de cooperativas?

Na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, do qual fui Secretário de fevereiro de 2015 a março de 2016, ali se criou o Instituto de Políticas Públicas e Economia, Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária justamente para estar estimulando as formas de cooperativas de produção de economia solidária. Acredito que uma das maneiras inclusive de conseguir prover oportunidades para um número grande de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo é estar estimulando a formação de cooperativas.

Foram formadas, por exemplo, cooperativas de catadores de papel reciclável. Há cooperativas de pessoas que realizam artesanatos, por exemplo, uma na zona Norte que tem sido bem sucedida e muitas outras poderiam ser, mas eu, sinceramente, não vi no Plano de Metas da Prefeitura – ainda ontem apresentado aqui na Câmara Municipal – e agora no PL 179 referências às formas cooperativas.

Eu gostaria que esse assunto pudesse ser bem considerado e, quem sabe, possam os Srs. Secretários melhor considerarem esse aspecto porque quando foi inaugurado o centro de economia solidária estava lá não apenas o Prefeito e um auditório lotado, o Professor Paulo Singer, grande conhecedor e que foi Secretário de Economia Solidária dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, um grande estimulador, estava presente e ficou tão contente com aquela iniciativa. Existe e está lá, existe inclusive no Cambuci. Gostaria que os senhores pudessem visitar, há um espaço grande para o treinamento de pessoas, inclusive foi feita uma parceria com o Nesol para estar instruindo as pessoas para se organizarem em cooperativas. Então é a sugestão que eu deixo, que também se considere as formas cooperativas de produção.

Estive presente com o Prefeito João Doria quando ele visitou o Parque Ibirapuera e

reconheceu o mérito da cooperativa dos vendedores ambulantes do Parque Ibirapuera. Quando ele conheceu a história inteira ele disse as duas presidentes das cooperativas de vendedores autônomos do Parque Ibirapuera que ele vai respeitar a continuidade das cooperativas.

Então, Secretário Wilson Poit, queria só dizer que o próprio Prefeito João Doria, ao conhecer a história da cooperativa do Parque Ibirapuera, que existe há 17 anos e que é um exemplo para as cooperativas no Brasil, segundo o Sr. Paulo Singer; e quando o Prefeito João Doria falou diretamente com elas, pessoalmente, garantiu que seriam respeitadas e só melhorariam o Parque Ibirapuera, para que haja maior número de pessoas interessadas em comprar os produtos que ali vendem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) –Obrigado, nobre Vereador. Apenas para informá-lo que o inspetor da GCM veio me dizer que ninguém foi impedido de entrar, todos tiveram acesso.

Tem a palavra a nobre Vereadora Aline Cardoso.

A SRA. ALINE CARDOSO – Bom dia a todos, a Mesa, os presentes, os telespectadores. Gostaria de fazer algumas considerações sobre o PL 179, que tem por objeto a criação, a regulamentação, de três instituições.

No que tange a SP Parceria, vou falar sobre a questão da desestatização. Todos presentes e todo homem ou mulher públicos, bem intencionados, como somos nesta Casa e à frente do Governo, tem por interesse buscar soluções que sejam benéficas para a sociedade. e não tenho dúvida de que esse PL, seja na SP Parcerias, ou na SP Negócios, tem esse propósito.

A desestatização é uma necessidade real já constatada, não é bandeira de um partido, nem de uma ideologia. Só para exemplificar, na gestão do Prefeito Haddad, de um partido de oposição ao atual governo, também foram feitas propostas importantes de

desestatização. Por exemplo, a PPP da iluminação, a PPP das garagens e do próprio Anhembi, cuja desestatização já começou a ser estudada naquele governo. Então, a necessidade da desestatização é inquestionável, pois o Poder Público, no caso a Prefeitura, não consegue gerir determinados bens e serviços de forma eficiente, trazendo o bem que procuramos para a população. Portanto, é necessário.

E a população, quando elegeu o Prefeito João Doria, sabia dessa proposta, portanto, ao receber 53% dos votos, os paulistanos estavam conscientes dessa proposta.

O passo seguinte é a criação de instrumentos e de instituições capazes de fazer essa desestatização da melhor maneira possível. Então, o que me tranquiliza em relação a SPP, Secretário Wilson Poit, é que o seu objeto principal são os estudos dessa desestatização. Ou seja, ninguém é irresponsável ou incoerente de fazer uma desestatização, seja por concessão, uma PPP, ou uma privatização, de maneira aleatória ou de uma maneira qualquer. Serão feitos estudos importantes para que os impactos sejam mais positivos possíveis.

Sendo esse o objetivo da SPP, fica clara a boa intenção e a boa gestão que será feita a partir desse instrumento. Na análise do Projeto de lei, os propósitos me parecem coerentes, assim como a sua estrutura.

Vale lembrar que estamos falando da SPP, da empresa que fará esse serviço. Mas já sabemos que, na sequência, será feita uma proposta de um fundo, de um conselho. O que também me tranquiliza é saber que a proposta desse fundo é para receber os recursos provenientes da desestatização e destiná-los, prioritariamente, à saúde, educação, segurança, habitação e mobilidade.

Ora, é inquestionável que é necessário fazer importantes investimentos nessas áreas, até porque o Prefeito João Doria assumiu a gestão com muitos problemas nessas áreas, que são estruturantes para o bom funcionamento da Cidade. Também é sabido que não há recursos para isso. Então, volto a dizer que a boa intenção, a boa gestão e a boa formatação trarão bons resultados para a população; e o que vem a seguir, que é o fundo, é a prova disso.

Portanto, a nossa análise é que a SPP é muito pertinente, está bem estruturada e faz sentido para a população.

Em relação a SP Negócios, o Sr. Ricardo, que me antecedeu, já fez uma série de considerações que eu faria; e, considerando que o nobre Vereador Eduardo Suplicy levantou algumas questões, quero retomar alguns pontos e acrescentar outros. Primeiro, acredito que essa ferramenta que está sendo criada através da nova São Paulo Negócios será benéfica para a população, porque o seu objetivo primeiro é pensar em implementar políticas para o desenvolvimento econômico da Cidade. Isso significa: emprego, trabalho e renda.

Na Grande São Paulo, há cerca de 2 milhões de desempregados; e aproximadamente 1,5 milhão só na cidade de São Paulo – não tenho esse número atualizado. Então, é necessária ou não uma política estruturante de geração de emprego, trabalho e renda? Acho que, mais uma vez, é inquestionável. Em relação ao formato proposto, serviço social autônomo, é um formato que já tem sido comprovado como eficiente para esse tipo de propósito que tem a SP Negócios. Alguns exemplos são a APECS, a ABDI e a Investe São Paulo, que são instituições bem sucedidas no seu trabalho e também dizem respeito à alavancagem econômica.

Outra vantagem que acho importante ser ressaltada é que o formato de serviço social autônomo nos permite – e isso está escrito no projeto de lei – celebrar convênios e contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. Na prática, isso quer dizer que, com esse formato da SP Negócios que está sendo proposto, a cidade de São Paulo passará a receber recursos que, hoje, ela não pode receber. Por exemplo, a Cidade poderá firmar convênios – e trabalhei com isso antes de ser Vereadora – para alavancar, por exemplo, a promoção de exportação ou atração de investimentos, com a própria APECS, por exemplo, que é um serviço social autônomo de nível nacional.

A APECS despeja milhões de reais para fomentar o investimento e a exportação. Esse recurso é aplicado em entidades setoriais, ou em serviços sociais autônomos, como a

Investe São Paulo e como a futuro São Paulo Negócios, justamente para o desenvolvimento do território. Então, abre uma janela de oportunidade para a cidade de São Paulo que, hoje, não temos. Isso me faz lembrar que o investimento que está previsto no PL 179 para a criação e implementação da SP Negócios é irrisório, é um investimento muito baixo, perto da possibilidade de captação que há justamente com esse tipo de convênio.

E mais, se considerarmos a possibilidade de geração de resultados, esse investimento é pago em pouquíssimo tempo. Por exemplo: a antiga São Paulo Negócios, que não era tão bem estruturada quanto a nova, de 2013 a 2016, captou R\$ 7,2 bilhões de projetos de investimento na cidade de São Paulo; e estamos falando de um investimento da ordem de R\$ 2,5 milhões para a criação e implementação da SP Negócios. Essa possibilidade de arrecadação é baseada no que foi feito na gestão da passada, quando ainda a São Paulo Negócios não tinha a força que terá agora.

Com esses 7,2 bilhões de projetos desenvolvidos pela antiga SP Negócios, foi estimada a geração de 70 mil empregos. Vejam só, mais uma vez, um investimento muito baixo para uma geração de empregos muito elevada.

Eu fui atrás quanto à geração de empregos que vai haver na SP Negócios. Eu fui atrás, Senador Suplicy, porque eu também tive a preocupação que o senhor tem. O nosso Prefeito, um prefeito gestor, que está cortando custos, fazendo uma série de reformulações na gestão e que realmente optou por fazer alguns cortes no funcionalismo. Eu pensei: cortou de um lado vai criar emprego de outro?

Senador, a expectativa da SP Negócios, pelo menos para a sua alavancagem, é da criação de 10 cargos. Dez cargos que, como eu disse, no formato anterior que não era tão bom quanto o futuro geraram 70 mil empregos.

Para o futuro, essa geração de emprego pode ser muito maior. Então, tanto do ponto de vista do custo financeiro *versus* atração de recursos para São Paulo; quanto do ponto de vista criação de cargos *versus* geração de empregos para a Cidade, é inquestionável que a

soma é benéfica para a população paulistana. Aqui temos mais uma prova de que esse projeto vai trazer os benefícios para a Cidade.

Como se não bastasse isso, a gente tem aqui algumas outras informações, algumas que já foram faladas e outras que eu queria também reiterar.

Primeiro: fomento à exportação: São Paulo, que já foi a maior cidade exportadora do Brasil vem caindo, caindo, caindo, falam entre 17 e 23% de queda nas exportações, hoje nós exportamos só 44 bilhões de reais, o que é pouco perto do potencial de São Paulo.

Existe uma conta, pelos organismos econômicos, que diz que a cada 1 bilhão de dólares exportados são gerados 50 mil empregos. Se nós exportamos 44 bilhões de reais, fiz a conta aqui, dá quase 1 milhão de empregos, na cidade de São Paulo, 800 mil em 1 milhão, só na situação atual.

Mas veja bem, hoje nós estamos numa situação baixa de exportação. O potencial de alavancagem dessa exportação é enorme com o formato da nova SP Negócios, inclusive com a possibilidade de receber recursos federais para esse fomento. Então mais geração de emprego.

Para finalizar, queria dizer que também, na antiga SP Negócios, sem todo apoio que precisaria ter tido a empresa, foi feito um projeto muito importante, que pessoas aqui desta sala devem conhecer, de desenvolvimento da zona Leste. Muita gente já ouviu falar do polo de desenvolvimento de geração de empregos na zona Leste. Vejam bem, quem estruturou e implementou esse projeto na zona Leste? Foi a antiga SP Negócios.

Com o formato da nova SP Negócios, onde serão priorizados setores estratégicos para o desenvolvimento, com profissionais que serão contratados altamente capacitados para o desenvolvimento econômico da Cidade, novos polos de geração de empregos poderão ser feitos na cidade de São Paulo. Da mesma forma, poderão ser beneficiados setores que hoje não têm recebido o devido apoio, como por exemplo, o setor de tecnologia.

São Paulo tem vocação para o setor de tecnologia, seja uma tecnologia mais

simplificada em serviços básicos, como *call center*, seja a grande inovação, passando pelas *startups*. São Paulo vem caindo no *ranking* internacional e com esse formato proposto no PL 179 São Paulo pode voltar a crescer.

Então, reiterando aqui: primeiro, ninguém está inventando a roda, o que está sendo proposto aqui é considerado um formato adequado, inclusive pelos partidos de Oposição. Vamos lembrar que o Governo do PT, na cidade de São Paulo, e em âmbito Federal implementaram políticas de desestatização. Talvez não tão bem estruturadas quanto vai ser pela SPP, não tão bem planejadas, porque talvez os estudos não tenham sido tão bem elaborados quanto agora nós podemos ter na cidade de São Paulo e, segundo, a SP Negócios vai gerar emprego, progresso e desenvolvimento para a cidade de São Paulo.

Portanto, eu reafirmo aqui o meu apoio a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereadora.

Passo a palavra ao Vereador Souza Santos.

O SR. SOUZA SANTOS – Sr. Presidente Mario Covas, na pessoa de quem cumprimento todos os Vereadores, Wilson Poit, na verdade, vim dar a minha parcela de contribuição no que diz respeito e também colaborar, fazer coro, àquilo que a Aline Cardoso vem colocando.

É bastante ousada essa criação da SP Negócios, é bem importante que isso venha para a nossa cidade até porque fomenta o emprego, a distribuição de renda, tendo em vista hoje os inúmeros e milhares de empregos que o País vem perdendo.

É muito importante o que o novo Prefeito da cidade de São Paulo vem colocando, com a visão de futuro que ele tem, de forma ousada e futurista.

Na verdade, Poit, eu queria dizer que a Câmara de São Paulo não pode perder o protagonismo. É importante que a discussão seja feita no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, naturalmente é o foro para que seja discutida a criação da Nova SP Negócios.

Eu trouxe algumas questões, mas eu deixaria por último para que a gente possa

debater. Por exemplo, qual seria o regime da SP Negócios, é a minha preocupação, e qual o objetivo da SP Negócios. É claro que visa fazer as questões das desestatizações propostas pelo Prefeito. É importante que seja colocado, até porque numa audiência pública nós trazemos à baila toda transparência daquilo que está sendo feito.

O Prefeito João Doria está de parabéns pela iniciativa da criação da Nova SP Negócios e é importante que a Câmara debata mesmo. Nós vamos debater arduamente, incansavelmente esse projeto, que não é muito fácil de ser debatido, de ser aprovado. Será aprovado sim com muitas discussões, os Srs. Vereadores certamente apresentarão emendas, a Vereadora Aline colocou a questão da criação de alguns cargos, a questão da diretoria, nós também precisamos ter isso bem claro.

Até porque para os Vereadores ficarem sabendo e também a população saber o que está sendo criado e inovado. Nós temos hoje, por exemplo - até fiz uma notação aqui -, a SP Negócios, a SP Parcerias, e a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, a CPDA. Portanto, começaremos hoje esse debate, creio que ao longo da semana o Presidente Milton Leite e alguns Vereadores querem votar hoje, se houver consenso, votaremos. Certamente a discussão será bem calorosa e tenho certeza que o projeto é importantíssimo para criação de emprego e renda na cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador.

Não há mais Vereadores inscritos. Vou chamar aqueles que se inscreveram para falar. Peço apenas que as pessoas respeitem o tempo de três minutos, concedidos para cada um, para dar oportunidade a todos os que se inscreveram possam, de fato, se expressar, antes das considerações finais dos nossos convidados.

O primeiro inscrito é o Sr. Sérgio Antiqueira, do Sindcep

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Bom dia a todos, Srs. Vereadores, aos representantes do Governo, meu nome é Sérgio Antiqueira, sou Presidente do Sindcep que é

o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Servidores esses que são professores que estão nas escolas, nas creches; os profissionais da saúde que estão nos hospitais, nas UBSs, nas farmácias das UBSs; bibliotecários que estão nas bibliotecas, no Centro Cultural; os profissionais do esporte que estão nos CEUs, na Secretaria de Esportes, nos equipamentos; são os profissionais da Administração que são os AGPPs; somos os agentes de apoio do nível básico que fazem o trabalho operacional. Tudo isso para garantir que população tenha acesso a uma política pública de qualidade. Nós somos assistentes sociais nos CRAS e a nossa preocupação é justamente essa.

Em função do tempo, vou me limitar a falar só do SP Parcerias. A gente está falando de um projeto que, justamente, por não saber o que está sendo colocado em termos de política pública para parceria – o que vocês chamam de desestatização e a gente chama de privatização, o que vocês chamam de parceria a gente chama de terceirização - nós temos perguntas muito claras, porque não faz sentido a gente discutir um projeto – foi muito bem pelos Vereadores Police e Suplicy a necessidade de um controle social.

A população elegeu um plano de governo sim, mas é papel da Câmara, de cada Vereador, permitir que a população tenha acesso aos dados. Quais são os dados, quais são os estudos que foram feitos? Quanto pode ser gasto? O quê? Quais serviços? As farmácias das UBSs estão no projeto que virá? Os contratos de gestão vão passar por essa empresa? As bibliotecas, os cemitérios, os CRAS, haverá redução dos CRAS, os Centros de Referência da Assistência Social? O Centro Cultural, da Vergueiro, os hospitais, as creches? A gente não sabe nada do que vai acontecer.

Nós estamos falando de transparência com a população, porque ela elegeu e agora faz o papel... Toda hora o Tribunal Eleitoral faz propaganda que diz que você elege e fiscaliza. Acho que a população que está aqui presente tem direito de saber. Não estou falando só dos servidores públicos, mas da população que recebe o serviço público. Nós precisamos saber o

que está para passar por essa empresa SP Parcerias. Qual é o limite dela? A gente não sabe. Qual a capacidade que a gente vai ter de fazer controle? Depois que aprovar o projeto, já está aprovado.

Isso teria de ter sido discutido junto com o projeto principal de vocês que pretendem fazer as parcerias, as desestatizações. Tem um plano, tem um programa – já encerrando – e nós não sabemos qual é esse plano e o programa. Quanto ele vai gastar, quanto vai economizar? Vai ter qualidade e controle social? Como que o dinheiro da população vai ser gasto?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado Sérgio.

Com a palavra Vereadora Suplente Isa Penna, nossa companheira de um mês. Espero que logo volte ao nosso convívio.

A SRA. ISA PENNA – Muito obrigada.

Salve povo! Salve galeria! (Palmas) Vamos lá! Para mostrar qual é a nossa posição sobre esse projeto aqui: Doria, não tenta, SP não está à venda. Doria, não tenta, SP não está à venda.

- Manifestação na galeria.

A SRA. ISA PENNA – Bom dia em primeiro lugar. Eu queria começar falando que isso que está acontecendo é um absurdo. Queria perguntar aos Vereadores desta Casa, ao Presidente da Câmara Milton Leite e ao Prefeito João Doria se esse é o conceito de audiência pública que se defende. De uma audiência pública que acontece e barra as pessoas na entrada, coloca para dentro no plenário, só tem acesso à inscrição, só tem acesso à palavra aqueles que concordam com a posição do Prefeito. Fica fácil assim, não é gente?

- Manifestação na galeria.

A SRA. ISA PENNA – A segunda coisa que eu queria falar é o seguinte: esse projeto, primeiro que ele foi apresentado... Ah! bom, uma outra coisa antes, a galera que estava falando, os Vereadores estavam falando sobre como amplos debates que têm de ser feitos na Câmara Municipal de São Paulo. Não era isso que eles estavam falando. Só que nesses 30 dias que fiquei aqui eu vi um pouco de tudo. Vocês sabiam que tinha uma comissão de estudos que tentou se aprovar aqui na Câmara Municipal, acho que o projeto, salvo engano, agora me esqueci de quem que era. O requerimento para que se abrisse uma comissão de estudos sobre as desestatizações e as privatizações que iriam acontecer. Sabe o que aconteceu? Restringiram o acesso aos Vereadores. Cada Presidente de cada comissão podia indicar um, facilita assim, pessoal, você indica só aqueles Vereadores que concordam com a proposta do Governo. Assim fica fácil demais. É isso que é democracia para eles. É aquela democracia fake, tão fake quanto quando o Prefeito vai e se veste de Gari, por exemplo.

A terceira coisa que eu queria falar é o seguinte. Vamos pensar, quando pensamos numa empresa, o que a gente pensa quando a gente pensa numa empresa? Uma empresa tem o quê? Empresário. Pergunta: quem é o empresário da São Paulo-Negócios? Não precisa falar isso, para o João Doria, não precisa falar antes quem são os empresários. Povo sem medo, sem medo de lutar. Aqui está o povo, sem medo, sem medo de lutar! Vai mais que está pouco. Par ao João Doria ele faz um projeto de lei que tem um Conselho deliberativo e simplesmente esse conselho deliberativo não indica. Quem é que vai estar na frente da empresa? Essa é a democracia do Prefeito João Doria, pessoal. Não fala quem vai estar a frente, não fala o que são os setores estratégicos e é por isso que sou contra esse projeto. Aqui está o povo sem medo de lutar!

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Em relação ao projeto, nenhuma contribuição na fala da Vereadora Isa Penna. Não houve nenhum questionamento e, mais

ainda, dizer que aqui só falam pessoas a favor? Como é que a senhora veio falar então? Não há democracia? Vereadora, tenha respeito, respeite seus pares.

Tem a palavra a Sra. Silvia Ferraro, que vai falar contra, democraticamente.

Se criar tumulto, vamos ter que esvaziar as galerias. Vocês querem o confronto. Vocês não estão discutindo nada. Aqui é para se discutir um projeto, não é para bater boca.

A SRA. SILVIA FERRARO – Bom dia a todos, movimentos populares. Primeiramente, eu queria dizer que tem um argumento político, que inclusive foi utilizado pela Vereadora Adriana, né, Aline, e também foi utilizado o mesmo argumento político na reunião que nós tivemos com o Presidente da Casa, que é o argumento de que como o Doria foi eleito no primeiro turno, ele pode fazer o que quiser. Esse argumento político que está sendo utilizado, pessoal, não pode ser validado. Por quê? Primeiro, o Doria foi eleito para governar para os cem por cento da população de São Paulo e não só para os 53%. Segundo, ele não foi eleito com 53% dos votos, ele foi eleito com 30 e poucos por cento dos votos. Porque a maioria da população, inclusive, votou nulo ou em branco. Então, o Doria não pode, baseado num argumento político, de que foi eleito no primeiro turno fazer o que ele quiser. Esse argumento é falso do ponto de vista da democracia que existe no nosso país.

Um Prefeito, um governo, um Presidente, não pode governar fazendo o projeto que ele quer, sem debater isso a fundo com a população, baseado que foi eleito porque se não nós não teríamos governos eleitos democraticamente. Nós teríamos reis, uma monarquia. E no nosso país existe eleição ainda em que pese que tenham golpes, mas o nosso país ainda existem eleição e ele tem de respeitar o que a maioria da população quer debater. Este projeto aqui não está suficientemente debatido com a população de São Paulo. Tem cláusulas que não estão claras, não estão nítidas. Por exemplo, qual é o tipo de contrato de gestão que está presente aqui? Eu não entendo porque as pessoas estão vaiando, não entendo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Gente, vamos respeitar a fala das pessoas, mesmo que a gente não concorde com elas, as pessoas têm o direito de dizer e

expressarem aquilo que acham correto. Vamos escutar o que cada um tem para falar. Quem sabe a gente aprende alguma coisa.

A SRA. SILVIA FERRARO - Obrigada, olha só. Quero falar para todo mundo, mesmo aquelas pessoas que estão a favor. Aqui, pessoal, tem uma clausula que dá carta em branco para a São Paulo-Negócios fazer contratos de gestão, fazer contratos de gestão com qualquer empresa privada. Significa, pessoal, que vários equipamentos públicos, hospitais, escolas, parques, cemitérios, bilhete único, tudo isso vai ser passível de contratos com empresas privadas. Está escrito isso aqui? Não está escrito isso aqui, mas a São Paulo-Negócios dá margem, da abertura para que se privatize tudo em São Paulo.

Por isso, queremos tempo para debater isso com a população. Eu tenho certeza absoluta que a maioria da população não sabe o que está colocado aqui neste projeto e o que está em jogo para a cidade de São Paulo. Por isso, nós estamos aqui hoje e que somos contrários ao projeto queremos democraticamente ter tempo suficiente para debater isso com o povo de São Paulo. É o povo que decide, não é o Doria. Por isso que é democracia aqui e não autoritarismo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Pedro Serrano.

O SR. PEDRO SERRANO – Bom dia a todos. Sou da assessoria da Vereadora Sâmia Bonfim, dou militante do PSOL e quero trazer uma saudação à Frente Povo Sem Medo. Essa Casa e esse plenário ficam muito melhores com a presença de vocês, enriquecem o debate, trazem a população aqui para dentro. Um primeiro ponto que precisa ser colocado é uma exigência clara de que o PL 179 não seja votado no dia de hoje. Acho que isso é o básico. A realização dessa audiência pública é um mínimo para o estabelecimento de um primeiro debate. Mas, não significa que depois dela os Vereadores já tem carta branca par aprovar esse PL. Tem que ter mais tempo para discussão, mais tempo para maturar essas ideias.

Segunda questão. Tem que desnaturalizar a ideia hegemônica que se constituiu na

cidade de São Paulo nos últimos anos sobre ser benéfica para a maioria da população as Parcerias Público-Privadas, as concessões e as desestatizações. Essa história começou em 2007, com o Gilberto Kassab, foi fortalecida pelo Prefeito Haddad, em 2013, e agora os efeitos maléficos da naturalização dessa lógica vão se demonstrar com um prefeito que pretende, como ele próprio diz, acelerar a entrega do patrimônio público de São Paulo não só para o capital privado do País, mas para o estrangeiro. Isso tem que ser desnaturalizado para que possamos defender um Poder Público que invista cem por cento os seus recursos público nas áreas públicas.

Terceira questão. Tem que ser dito para o Prefeito João Doria que ele não tem carta em branco para desestatizar tudo o que ele quer simplesmente porque ele venceu as eleições. Há mais ou menos um mês, a *Folha de S.Paulo* divulgou uma pesquisa que confirma que a maioria da população de São Paulo é contra o pacote do Prefeito de desestatização dos parques públicos; inclusive a pesquisa incluía o Anhembi, o Pacaembu e outras áreas, e nela está dito que a maioria da população é contra. A população, no mínimo, deveria ser consultada por meio de um plebiscito antes de a Câmara Municipal lhe dar carta branca.

Quero agora questionar o PL 179/17 e fazer perguntas sobre três pontos: democracia, regulação e transparência. Primeiro. Sobre regulação, como pode uma empresa como a SP Negócios, que tem em todos os seus Conselhos Executivos secretários da própria Prefeitura, ter como palavra final a do próprio Prefeito? Como pode essa empresa ser um clube do próprio Doria para gerir recursos que é da população? Isso não representa regulação nenhuma. Segundo, sobre democracia e participação popular, o parágrafo 1º do artigo 12 diz que o Conselho da SP Negócios, em situações devidamente justificadas, poderá realizar e coordenar audiências e consultas públicas sobre as propostas. Poderá. Por que não colocar no PL que deve ser obrigatório realizar audiências públicas e consultas públicas? Se são temas de interesse do povo, por que não colocar que é obrigatório que tudo seja consultado e não opcional? Quando é opcional, sabemos que só é consultado quando interessa aos poderosos.

Terceiro. Sobre transparência, me preocupou muito o artigo 10, que diz que está impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa e demais órgãos da Administração direta, indireta, fundacional ou autárquica a empresa que tiver em entre seus sócios ou diretores membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo ou Fiscal da SP Negócios até seis meses após seu desligamento. Significa que alguém que pertence a esses órgãos pode trabalhar na SP Negócios e depois de seis meses de desligamento poderá fazer negócios com essa empresa? Não sei se tive uma compreensão equivocada do artigo, mas me pareceu gravíssimo do ponto de vista da transparência do PL.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria Cristina da Silva.

A SRA. MARIA CRISTINA DA SILVA – Bom dia a todos. Sou uma pessoa que convive há sete meses no Centro de Acolhida Brigadeiro, num bairro maravilhoso, próximo à Avenida Paulista. O Prefeito Doria foi eleito por três milhões de paulistanos; e não quero crucificá-lo por sua gestão. Pertencço à classe pobre, como as demais pessoas que moram onde eu moro. Já tive a oportunidade de convidar o ex-Prefeito Fernando Haddad para conhecer o ambiente em que moro e hoje faço o mesmo convite ao Prefeito João Doria esse lugar maravilhoso da Prefeitura onde convivem centenas de mulheres, mães como eu. Gostaria que ele olhasse para essa parte mais pobre, que somos nós. Por que estamos lá? Porque não temos moradia. Eu mesma moro lá há sete meses porque não tenho condições de pagar aluguel. Eu trabalhava no Fórum João Mendes, tive problema de saúde e hoje estou encostada no INSS e em processo de aposentadoria. Com a revisão da Previdência Social, recebo auxílio-doença, mas tenho medo de perder isso a qualquer momento. Procurei o CREAS, que colocou a mim e meu filho naquele ambiente, que é maravilhoso e tem toda a estrutura há várias gestões.

O João Doria já cortou o leite do meu filho, uma criança que precisa de leite. Agora

há boatos de que ele vai rever o Bilhete Único. Gente, ele tem que ir lá para ver a quantidade de mães que precisam de leite. Lá fazemos cinco refeições por dia, mas a criança só tem o leite uma vez por dia. Se ela toma mais leite, é na escola.

Então, eu gostaria que ele olhasse por nós; não só para o CAE, onde eu moro, mas para outros Centros de Acolhida Especiais. Jamais uma mulher que mora ambiente desses viria falar aqui na frente, mas estou aqui porque sou uma pessoa mais esclarecida, tenho mais conhecimento, acompanho tudo da política. Adoro política, apesar de não pertencer a nenhum partido. Admiro pessoas públicas que fazem algo por nós brasileiros.

Deixo o meu convite ao Sr. João Doria para visitar os Centros de Acolhidas Especiais, porque todos nós precisamos de moradia. Só estamos lá porque não temos outros meios.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom dia ao pessoal da Frente Povo Sem Medo. É muito bom vocês estarem aqui para fazer esta discussão deste primeiro projeto, que é a base da venda da cidade de São Paulo.

Cumprimento os Secretários presentes e os meus pares.

Quero fazer uma reflexão do projeto sob a lógica neoliberal do Governo Doria, que está fornecendo um cheque em branco. O projeto apresenta três pontos e as parcerias, e acho que aí está o ponto fundamental.

Vamos pensar. Perto de onde vocês moram, por exemplo, deve haver parques públicos municipais, que vocês podem frequentar gratuitamente, já que é público, pertence à Cidade e deve ser, portanto, cuidado pela Prefeitura. Esse cheque em branco ainda não foi escrito, porque há outro projeto, o da desestatização, que vai promover a venda da cidade de São Paulo. Isso significa que, após aprovado esse projeto de lei, se qualquer um de vocês

quiser frequentar um parque público, vai ter que pagar. As nossas praças, por exemplo, muitas vezes sequer têm equipamentos adequados para receber uma criança ou um jovem. A mesma coisa acontece no caso dos cemitérios; sabemos que há uma dificuldade real de usá-lo. Quem não tem dinheiro ou qualquer recurso para enterrar um parente ou um amigo, muitas vezes tem que passar pelo constrangimento de ficar em frente ao caixão por apenas 15 minutos. E isso pode piorar, porque, se continuar assim, com esse cheque em branco que estão dando, sequer esse benefício a Prefeitura vai oferecer às pessoas.

A oradora que me antecedeu citou o atendimento no CRAS, que, segundo ela, é bom, atende à sua família. Pois bem, neste projeto também está embutido quais tipos de serviços serão oferecidos por esse negócio, já que serão terceirizados ou privatizados por empresas que sequer conhecemos, e o projeto não explicita. Primeiro fazer o projeto para só depois começar a dialogar sobre a venda da Cidade.

Então, o negócio é mais embaixo. Esse projeto é a base da venda da Cidade, que vai impactar diretamente a vida de todos nós; não só a minha ou das pessoas dos movimentos e sindicatos, mas de todas as pessoas que usam os serviços públicos, que já são ruins. Com a venda da Cidade, eles querem obter lucro financeiro, dinheiro e, onde há lucro, a qualidade dos serviços fica comprometida.

Essa é a relação que eu queria estabelecer.

Venho acompanhando a fala de vocês, que não conseguiram esclarecer como será a relação da SP Parcerias com o Conselho o Fundo de Desestatização, cujo PL também se encontra nesta Casa. Essa é a essência desse projeto de lei, base da venda da cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

Como a nobre Vereadora Isa Penna pediu para que mais uma pessoa falasse, peço que ela seja extremamente rápida, por favor, para dar a oportunidade aos representantes do

Governo de darem respostas às alegações feitas.

Tem a palavra o Sr. Lucas.

O SR. LUCAS - Bom dia a todos e todas. Quero saudar a Povo Sem Medo, que está aqui fortalecendo o espaço. Acho que é assim mesmo, têm que vir mais vezes.

Primeiramente, quero dizer que esta audiência só está acontecendo por conta da mobilização popular que aconteceu na semana passada. Não partiu da Câmara ou dos Vereadores a realização desta audiência; ela só está acontecendo por conta da pressão popular. É importante frisar isso.

Em segundo lugar, quero falar sobre o PL. Fica muito claro que ele cria um balcão de negócios para a gestão Doria; isso fica claro a partir da leitura dos artigos. Não há nenhuma vinculação do tipo de investimento que irá ser feito com a SP Negócio. Isso é absolutamente perigoso. Além disso, em suas previsões legais, a SP Negócios não prevê fiscalização popular. Que empresas serão procuradas para investir em São Paulo? Será que não serão as mesmas que financiam política e economicamente os projetos da gestão Doria? Parece claro que essa ligação vai acontecer.

Quero fortalecer e saudar a mobilização popular e deixar claro que não queremos que esse PL seja votado hoje, e sabemos que há uma articulação para que isso ocorra.

Mais uma vez, saúdo a Povo Sem Medo. E dia 28 de abril, Greve Geral! Todo mundo junto na rua. É isso aí.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Apenas para ser justo, esta audiência pública foi marcada há cerca de 10 dias atrás. Ela aconteceria na quarta-feira passada...

- Vaias no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Vocês acreditem se quiserem. Olhem a agenda. Na quarta feira passada...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Exato. Por favor. Por favor. Por favor.

Isso foi aprovado na CCJ na quarta feira da semana retrasada. Foi marcado para semana passada. Só não aconteceu porque nós estávamos em Plenário votando, e não podia ter as duas coisas. Enfim, vocês acreditem se quiserem acreditar. Eu estou dizendo a verdade. Se vocês quiserem ficar com a opinião de quem acha as coisas... Estou dizendo o que de fato aconteceu. Vocês acreditem no que quiserem.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Secretário Wilson Poit para suas indagações.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Mentiroso deve ser alguém da sua família.

- Vaias no recinto.

O SR. WILSON POIT – Obrigado, nobre Vereador. Eu gostaria de começar dizendo que o nosso programa de desestatização, que a SPP vai liderar, é principalmente um programa de priorização de investimentos na cidade de São Paulo. É uma vergonha, numa cidade como a nossa, em que temos problemas com creches, com saúde, com habitação, que a Prefeitura se coloque como empresária ou na gestão de algumas empresas e de alguns equipamentos. A Cidade não precisa estar no comando; elas podem muito mais bem geridas pela iniciativa privada.

- Vaias no recinto.

O SR. WILSON POIT – Em seguida a esse PL que estamos discutindo hoje, é importante dizer que já está na Casa outro PL de criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento. Todo o dinheiro desse programa é um dinheiro carimbado, que vai ser utilizado principalmente no que vocês e no que a Cidade mais precisa: saúde, educação,

habitação, segurança e mobilidade urbana. Essas são as prioridades do plano de desestatização. É importante também dizer que o termo privatização tem sido usado a torto e a direito – ouvi hoje aqui e também por meio da imprensa -, de uma maneira equivocada. Desestatização não é venda, não é privatização. Desestatização é uma composição de três programas. Primeiro, privatização. Segundo, concessão, que é a maior parte do nosso programa. Nós não vamos vender nada, continua na Prefeitura. No caso dos parques, por exemplo, jamais será cobrado ingresso da população. (Palmas) Jamais. O que vamos garantir é um melhor serviço para a população, para o frequentador do parque, que foi um exemplo citado aqui; que ele receba um serviço melhor. Jamais pague ingresso para entrar nesse parque. Os 180 milhões de reais...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Por favor. Por favor. Vamos escutar o orador. Audiência pública é para ouvir e debater o projeto, não é para uma pessoa simplesmente colocar a sua opinião e impor sua opinião aos outros. Cada um está dizendo a sua opinião. Por favor, tenha educação, escute o que os outros estão falando.

- Palmas no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Continue, Secretário.

O SR. WILSON POIT – A principal função da São Paulo Parcerias é garantir o equilíbrio. A palavra chave é equilíbrio dessas modelagens, que são complexas. Equilíbrio para que seja bom para a Prefeitura de São Paulo, que vai se desonerar. Só para utilizar o exemplo dos parques, que foi muito falado aqui, gastamos 180 milhões de reais hoje para manutenção de 107 parques urbanos, que, como vocês sabem, hoje não seguram a família, não têm banheiros dignos, não têm serviços dignos. Queremos que seja bom para a Prefeitura, bom para o investidor que vai ficar lá – e que fique realmente e conserve esses equipamentos como a gente deseja – e, principalmente, bom para a população de São Paulo, para os paulistanos, que vão receber serviços de qualidade, mais dignos. Que se possa direcionar todos esses

recursos que hoje são gastos em diversas empresas que dão prejuízo. Na iniciativa privada, quando uma empresa dá prejuízo, os acionistas e os proprietários, como vocês sabem, são chamados para isso. No setor público, são os pagadores de impostos, as pessoas, os contribuintes que pagam por um serviço público de má qualidade.

Respondendo a pergunta do Vereador André Santos, a grande diferença que a São Paulo Parcerias deseja fazer é trazer um serviço de melhor qualidade para a população e direcionar os recursos, as desonerações, os investimentos para saúde, educação, habitação, creches, segurança urbana e mobilidade. É o básico. Esse é o real serviço público: um Estado menor, mais enxuto e focado no que realmente a Cidade mais precisa. Essa é a missão da São Paulo Parcerias.

- Palmas no recinto.

O SR. WILSON POIT – Responde ao nobre Vereador José Police Neto sobre a fiscalização da São Paulo Parcerias – interna e externa: será a mais ampla possível.

Quanto a controles internos, além do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, nós acatamos, nesse PL, praticamente todas as sugestões de *compliance* do próprio Vereador Police Neto. Quanto à fiscalização externa, teremos um controle como o das demais estatais do Município: Corregedoria Geral do Município, Poder Legislativo, Tribunal de Contas do Município – que inclusive é um órgão vinculado ao Poder Legislativo -, Portal da Transparência e Lei de Acesso à Informação. Mais amplo: discussão de todos os projetos que virão. Estamos falando hoje da constituição da São Paulo Parcerias. Já está chegando a esta Casa um PL, primeiramente, de montagem do Fundo Municipal de Desenvolvimento, que acreditamos irá trazer muito emprego a esta Cidade, mais de 50 mil empregos de desenvolvimento, porque o dinheiro jamais será investido em custeio, em despesas; o dinheiro que vai para o Fundo de Desenvolvimento será investido em novas creches, novos equipamentos de educação, novos hospitais, novas UBS.

- Palmas no recinto.

O SR. WILSON POIT – São bilhões de reais que queremos e que hoje estão no próprio Orçamento. O Orçamento da Prefeitura de São Paulo, tão grande, como vocês sabem, é praticamente todo comprometido sem que sobre dinheiro para o essencial. A ideia é reduzir o tamanho do Governo e focar no que a população precisa, principalmente a mais humilde. Como o Prefeito João Doria disse durante toda a campanha: a população mais humilde de São Paulo está precisando.

Gostaria também de comentar as perguntas do nobre Vereador Suplicy no que diz respeito à Secretaria nossa e à São Paulo Parcerias. Também me dirigindo à Vereadora Juliana Cardoso sobre como se dará a relação da São Paulo Parcerias e esse Fundo, esse Conselho Municipal do Fundo que está sendo criado. Acima do Secretário, haverá um Fundo de outro... São seis Secretários: de Finanças, de Governo, de Planejamento, de Gestão, de Justiça, que atualmente se reúnem mensalmente para a criação disso, que vai priorizar o direcionamento desses recursos que serão discutidos aqui na Casa.

Então, a São Paulo Parcerias se reporta à Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, e esta, ao Comitê Municipal que está no PL será apreciado por esta Casa, o PL 240.

Quanto à expectativa de aumento de quadro de pessoal e de novas contratações, a São Paulo Parcerias é uma estrutura já existente na Prefeitura, que antigamente se chamava Companhia Paulista de Parcerias, depois SP Negócios e agora será um que criará oportunidades de emprego, de investimento e de atração de empresas para São Paulo. Vamos manter o mesmo CNPJ, praticamente o mesmo time, com mais algumas contratações que já foram submetidas aqui para a constituição da São Paulo Parcerias. A expectativa é que a estrutura da empresa, como já existia anteriormente, chegue a no máximo, entre Secretaria e São Paulo Parcerias, a cerca de 50 funcionários.

Quero também responder a pergunta do amigo Sérgio, do Sindsep. Finalizo dizendo de novo o que é o conceito de desestatização, que eu gostaria que ficasse muito claro.

Desestatização é composta por privatização; e, aí, são muitas poucas. Basicamente, a SPTuris, com o Complexo Anhembi, o Autódromo Interlagos e imóveis e herança vacante e que estão inativos na Cidade.

- Vaias e palmas no recinto.

O SR. WILSON POIT – Tenho certeza de que, se perguntássemos hoje para os senhores se o que o senhor deseja, o que a senhora deseja no seu bairro é resolver o problema de creches, de saúde, de educação, ou mais uma reforma no Autódromo, mais uma reforma na SPTuris (palmas), tenho certeza de que as necessidades básicas do seu bairro seriam contempladas.

Em segundo lugar, são concessões. Concessão não é venda.

- Vaias no recinto.

O SR. WILSON POIT – Os parques não está à venda, os cemitérios e o Serviço Funerário não estão à venda. A São Paulo Parcerias vai modelar concessões. Vamos entregar para o serviço concessionário em troca de contrapartidas, sem aumentar o custo. Onde não é cobrado ingresso jamais será cobrado ingresso, e a população vai receber um melhor serviço.

- Manifestações no recinto.

Por último, as parcerias público privadas, uma espécie de concessão quando, no início, se precisa de um grande investimento. A cidade de São Paulo hoje não pode investir em empresas ou em atividades que não sejam finalísticas. A ideia é que o privado faça o investimento inicial e, na parceria público privada, a gente receba (ininteligível). Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Secretário, por favor. Secretário.

O SR. WILSON POIT – Fico à disposição de mais perguntas.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sr. Ricardo, com a palavra. (Pausa)

Por favor, vamos respeitar as pessoas que estão aqui falando.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Esta é uma audiência pública. Não, uma torcida de futebol.

Vou avisar, mais uma vez, se houver qualquer ofensa, vou pedir para retirarem a pessoa do auditório.

Aqui é uma audiência pública. As pessoas têm o direito de falar o que acham, e nós temos que ter o respeito para ouvir.

Por favor, retirem esse rapaz. Podem retirar.

- Manifestação da plenária.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Permita-me fazer um apelo a eles.

(Pausa)

Atenção! Atenção, por favor, vocês, que estão nas galerias, diversos companheiros e companheiras, inclusive, do PSOL, formularam perguntas, e acho que seria importante, para o benefício de vocês, nós escutarmos as respostas. Eu fiz uma série de perguntas.

Então, eu queria pedir a calma.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – GCMs, por favor, tenham calma.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Vamos todos ouvir as respostas.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Eu queria pedir ao Presidente e à Guarda que, por favor, não aconteça nenhum tipo de violência.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Então, por favor, peça para eles se comportarem.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – É importante que a população possa dizer, possa escutar.

Senhores da Guarda, por favor, não é bom para todo mundo que se agrida um

manifestante, a população.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sim, e o manifestante também, Vereadora.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Que vem participar, acompanhar o processo.

A SRA. SANDRA TADEU – Quem está agredindo é o manifestante. É falta de respeito.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – É o mínimo de democracia, o mínimo de respeito com a população que vem aqui acompanhar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Vereadora...

- Tumulto entre os Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Peça para eles se comportarem.

A SRA. SANDRA TADEU – Não é agressão. É falta de respeito a esta Casa, Sâmia, me desculpe.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – A população quase nunca vem aqui, Vereadora. Quando ela vem...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Não é a população.

- Tumulto entre os Srs. Vereadores.

A SRA. SANDRA TADEU – É falta de respeito a esta Casa! É falta de respeito a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sâmia, você garante a palavra aqui? Por favor, então, diga ao rapaz.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Vai ser garantida a palavra. Por favor,

vamos concluir, deixar os Secretários responderem as perguntas, inclusive, as da Sâmia. Olha, o Assessor da Sâmia fez perguntas muito bem formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Então, tá.

Vereadora Juliana, por favor, eu peço para a senhora fazer a gentileza de controlar o pessoal para que a gente possa terminar esta audiência de uma forma saudável e educada.

(Pausa)

Muito bem.

Dessa forma, não há problema. Ele pode ficar. Só pedi a retirada dele porque ele não estava deixando as pessoas falarem.

Então, se for continuar falando, eu vou insistir para que retirem o senhor.

- Palmas e manifestações nas galerias.

A SRA. SANDRA TADEU – Então, que saia todo mundo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Nós vamos ouvir as respostas, amigo.

Vamos ouvir as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito bem.

Secretário Ricardo, por favor, faça as suas considerações.

O SR. RICARDO – Bom, Presidente, eu tenho a fazer três breves considerações em cima das perguntas que foram colocadas – muitas delas já foram abordadas pela Vereadora Aline Cardoso e, pelas minhas anotações, algumas coisas ficaram pendentes, as quais eu gostaria de abordar de forma bem rápida.

A primeira questão é sobre o contrato de gestão que será estabelecido entre São Paulo Negócios e Secretaria da Fazenda.

Esse contrato de gestão é um instrumento, no qual estão previstas todas as ações que serão realizadas, todos os investimentos que serão realizados e, principalmente, as metas

que devem ser alcançadas, bem como todo o processo de prestação de contas que a gente tem que fazer. Esse é o contrato de gestão.

Existe uma amarração jurídica, um instrumento que une as duas pontas para que a gente trabalhe orientado naquilo que o Município precisa para poder manter as empresas que já exportam, aumentar o número de empresas exportadoras e atrair investimento estrangeiro direto que tenham impacto em capital produtivo.

Volto a repetir: não é investimento especulativo. Não é investimento em Bolsa. É investimento que tem como foco geração de emprego e renda. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que tomei nota é sobre a questão dos processos de contratação, e me atento para a questão de pessoas, profissionais que estarão trabalhando. Em todas as contratações – e a lei é soberana para isso –, nós vamos observar todos os princípios da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da economicidade e, principalmente, da eficiência.

Então, nós temos um Conselho Fiscal, um Conselho Deliberativo, vale ressaltar que esses dois Conselhos não são remunerados. É importante frisar isto: não existe remuneração para nenhum Conselheiro.

E finalizo da mesma forma que comecei: não se trata de uma urgência, um trabalho forte num Município tão grande que hoje não tem foco para atrair investimento estrangeiro direto ou lidar com exportação. Isso não é urgência. Isso é mais que urgência. Volto a repetir: isso é emergência.

Na urgência, você pode estabelecer as prioridades e conseguir deixar de lado. Na emergência, não. Se nós não fizermos alguma coisa, nós vamos aumentar a nossa taxa de mortalidade das empresas da Cidade, vamos continuar perdendo empregos e vamos assistir empresas estrangeiras que vêm para um mercado altamente consumidor que é a cidade de São Paulo – o Estado, mas o foco é a cidade de São Paulo – e vão competir com as nossas que sequer têm capacitação para isso.

Então, o nosso trabalho é bastante claro: promoção das exportações de produtos e serviços e atração de investimento estrangeiro direto. Tudo isso tem o objetivo de gerar emprego e renda para a população paulistana.

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito bem. Muito obrigado. Agradeço a presença dos convidados, o público presente que participou desta audiência pública.

Nada mais havendo a se tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

- Palmas e vaias.
